



10ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

No dia 31 de outubro de 2024, na Casa dos Conselhos, às 09h, deu-se início à 10ª Reunião Ordinária do CMDCA, conforme a lista de participantes. A Mesa Diretora composta pela Presidente Iris Rodrigues e pelo Vice-Presidente Robson André e por Gabriela Alves saudaram todos os presentes, agradecendo a participação. Em seguida, pediu para que o Sr. Sérgio se apresentasse. Ele mencionou que havia participado das últimas eleições do Conselho Tutelar, explicou que estava presente na reunião para entender melhor o funcionamento do Conselho, pois existe a pretensão de uma empresa em criar uma fundação e buscava mais informações. A Sra. Iris, então, pediu para que a Sra. Luciana se apresentasse. Ela se identificou como Diretora do Instituto Ana Ribeiro de Almeida conhecido como ARA, eles trabalham com crianças com Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e comorbidades associadas. Ela informou que o instituto atende atualmente 97 pessoas entre crianças e adolescentes. A Secretária Daniele acrescentou que a Sra. Luciana havia protocolado os documentos de pedido de inscrição no Conselho. A Sra. Iris informou que a Comissão analisará a documentação e entrará em contato para fornecer devolutiva. A seguir, a Presidente passou a palavra para a representante do CIEE, conforme estava previsto na pauta. A representante Sra. Camila se apresentou e agradeceu a oportunidade do momento. Ela informou que é consultora de atendimento do Centro de Integração Empresa-Escola, que atualmente é a maior rede de empregabilidade juvenil. Ela explicou que estão realizando uma ação para cumprir uma das missões do CIEE, que é colocar mais jovens no mercado de trabalho. Ressaltou que, no mundo atual, os jovens têm acesso a muitas influências negativas, e a proposta do CIEE é abrir mais oportunidades para eles. A ação proposta consiste em realizar um workshop para ensinar como se portar em uma entrevista de emprego, como elaborar um currículo e fornecer um primeiro preparo aos jovens. Também será criada uma área de cadastramento, onde eles poderão se inscrever no programa do CIEE. Foi explicado que essas ações já estavam sendo feitas nas escolas, mas agora o objetivo é realizá-las em um ambiente diferente. Camila pediu sugestões e informou que a ideia era realizar a ação na segunda semana de novembro. A Sra. Núbia sugeriu que fossem gravados vídeos convidando os jovens a participarem. A Sra. Daniele lembrou da importância de se atentar aos horários, considerando que alguns adolescentes estudam durante o dia e outros à noite. Após longas discussões, ficou decidido que a ação será realizada no Museu Major Novaes, e que serão formadas duas turmas, em



horários distintos, para que todos possam participar. Passando para a próxima pauta, a Sra. Iris perguntou se os Conselheiros aprovavam a ata da 9ª reunião ordinária e a prestação de contas do mês de setembro. Sem ressalvas, ambas foram aprovadas. A pauta seguinte tratou do relatório do Conselho Tutelar. A Sra. Tânia perguntou o que havia sido decidido sobre o relatório ser quantitativo, já que não havia participado da última reunião. A Sra. Daniele explicou que foi decidido que ela enviaria um modelo de relatório para o Conselho Tutelar. Contudo, considerando que o órgão possui autonomia e que os membros do colegiado haviam manifestado para a conselheira Núbia a intenção de fazerem alteração, a Sra. Daniele não enviou o modelo. A Sra. Iris lembrou que a Sra. Núbia entendeu a importância de modificar o formato do relatório, mas que infelizmente o colegiado não havia aceitado. A Sra. Eliane comentou que achava importante a mudança para que houvesse dados mais eficazes, os quais poderiam ser utilizados para realizar os trabalhos com base nesses dados. Ela mencionou também os casos encaminhados pelo Conselho, destacando que não estava havendo retorno, e que, na maioria dos casos encaminhados para saúde, as famílias apareciam uma única vez e depois desapareciam. A Sra. Núbia pediu para que a Sra. Daniele enviasse o relatório, para que ela pudesse analisar o que poderia ser feito, adaptando-o de forma que atendesse a todos. A Sra. Marina mencionou um programa utilizado pelo CREAS, que registra os casos sem incluir informações sigilosas, mas detalhando as situações para facilitar o acompanhamento. A Sra. Natália explicou que esse programa é utilizado para enviar os dados ao governo, mas que também há uma versão impressa do formulário, que poderia ser muito útil para o Conselho Tutelar. A Sra. Iris afirmou que o Conselho Tutelar tem essas duas opções e que poderiam decidir a melhor forma de proceder. A Sra. Eliane sugeriu que pudessem utilizar ambos os formatos, fazendo uma combinação dos relatórios. A Sra. Daniele então sugeriu que o modelo novo fosse implementado a partir do ano de 2025, para que o Conselho Tutelar tivesse tempo suficiente para se organizar. A Sra. Iris prosseguiu falando sobre a comissão que está organizando o II Fórum de políticas públicas sobre álcool e outras drogas. Ela informa que o evento está programado para ocorrer no dia 27 de novembro. Compartilha que já foram confirmados os palestrantes, que participarão de forma voluntária. A Presidente detalha a programação do evento e comunica que a Secretária Daniele está cuidando da parte burocrática. A Sra. Daniele acrescenta que estão recebendo o apoio da Secretaria de Assistência Social, que ajudará com o lanche e as outras secretarias ajudarão com o transporte. Ela também informa que o único gasto que será coberto pelo Fundo será o banner do evento. A Sra. Daniele explica que haverá um número limitado de participantes e que será divulgado um link para um formulário de inscrição, em consenso o número máximo é de 100 pessoas.



Continuando com as informações sobre o fórum, a Sra. Gabriela fala sobre o tema e os subtemas que serão abordados. A Sra. Eliane questiona como será a mediação da mesa-redonda, e a Sra. Gabriela responde que ela mesma será a mediadora. Ela explica que a ideia é permitir que os participantes façam perguntas, mas algumas já estarão preparadas antecipadamente. A Sra. Daniele complementa que serão feitas perguntas de satisfação ao final do evento, mas que ainda precisam decidir a melhor forma de aplicá-las. A Presidente aborda a pauta da "Escuta Especializada" e cede a palavra à Sra. Gabriela, que inicia explicando que, no Comitê Intersetorial da Rede Protetiva de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, já se discutia sobre esse procedimento. O Ministério Público tem cobrado a implementação dessa prática no Município. Por um tempo, a escuta especializada foi vista apenas como um serviço a ser implementado, embora a legislação permita que cada município o organize conforme sua realidade. A Sra. Gabriela fala brevemente sobre a lei e reforça que o principal objetivo é sempre a proteção da criança que teve seus direitos violados. Ela menciona que, na última reunião do comitê, a Sra. Marina, do CREAS, explicou que a prática da escuta já é realizada por eles. A conversa ocorreu antes de uma reunião com os Secretários e o Conselho Tutelar, na qual foi decidido que seria necessária uma capacitação para a rede, abordando tanto a revelação espontânea, para um público mais amplo, quanto a escuta especializada, voltada para profissionais da área, como psicólogos e assistentes sociais. Também se discutiu que na vigilância socioassistencial seria o órgão responsável compilação de dados e o canal próprio de encaminhamento de denúncias. Após uma longa discussão, a Sra. Gabriela informa que a Secretária do CMDCA já teria buscado alguns orçamentos para a capacitação, os quais foram enviados ao grupo do Conselho para análise e votação da proposta considerada mais adequada. A Sra. Iris destaca a relevância da capacitação, já que são poucos os profissionais que compreendem a escuta especializada, e muitos se veem desorientados em casos específicos. A Sra. Gabriela sugere que se tente um processo de inexigibilidade para contratar a melhor proposta, alertando para o risco de uma capacitação superficial. Ela destaca a importância de que, independentemente da escolha, todos definam os temas essenciais a serem abordados. A Sra. Daniele informa que uma parte dos recursos precisam ser utilizados até o final de 2024, pois são provenientes do Judiciário. Ela solicita o compromisso de todos para que os orçamentos sejam analisados e a melhor proposta escolhida. A Sra. Marina acrescenta que a escuta especializada é frequentemente confundida com o depoimento especial, e que o serviço já está sendo realizado pelos equipamentos, mas é fundamental oferecer a capacitação para atualização dos profissionais. Após novas discussões, foi decidido agendar uma reunião com o Promotor para pedir a prorrogação do prazo em utilizar os recursos,



com o objetivo de tentar adiá-la para o próximo ano. Em seguida, a Sra. Iris comenta sobre a atualização da Lei Municipal do CMDCA. A Sra. Daniele explica que será necessário modificar a legislação, pois em janeiro será lançado o edital de renovação, já que o período de dois anos está se encerrando. Ela destaca que a ESC ainda possui uma representação, mas não há representantes ativos. O jurídico esclareceu que a ESC não está extinta, mas sim em vigor, embora a falta de representantes esteja prejudicando o funcionamento do CMDCA. Diante disso, foi solicitado que, devido à troca de mandato e ao final do ano, o Prefeito está selecionando os projetos de lei que serão encaminhados à Câmara. O jurídico recomendou que a proposta de alteração legislativa seja feita o quanto antes para análise e possível votação. Outra questão discutida foi a vaga destinada a um adolescente no CMDCA. Embora houvesse a possibilidade de retirá-la, após conversa com a Sra. Gabriela e a Sra. Marina, ficou proposto que um jovem em cumprimento de medidas socioeducativas será convidado para compor o Conselho. A Sra. Daniele acrescenta que ainda não sabe como serão as mudanças para o próximo ano, especialmente se novas secretarias forem criadas, e lembra que há apenas quatro vagas para instituições. Com o aumento das instituições ativas, talvez seja necessário ampliar esse número. A sugestão é formar uma comissão para definir os critérios, considerando o curto prazo disponível. A Sra. Iris dá um tempo para que todos reflitam sobre quem integrará a comissão e, em seguida, passa para o próximo assunto, cedendo a palavra ao Sr. Tadeu. Ele fala sobre o Plano Decenal de Medidas Socioeducativas, destacando as mudanças significativas que estão ocorrendo. O plano é intersetorial e não pode ser elaborado apenas pelo CREAS, mas também pela saúde, educação e outros setores. O Sr. Tadeu informa que a equipe passou por uma capacitação sobre as medidas socioeducativas e ficou claro que o que falta no município é uma melhor organização intersetorial. A Sra. Marina comenta que esses jovens muitas vezes são invisíveis e que, quando ocorre uma infração, eles são encaminhados diretamente para a internação, sem passar por outras medidas. A Sra. Daniele sugere que o próprio Comitê Intersetorial seja utilizado para compor esse novo grupo de trabalho de elaborar o plano das medidas, propondo que as reuniões ocorram toda segunda-feira do mês, para que as pessoas não precisem comparecer em outros dias. Ela afirma que a resolução será feita pelo CMDCA. Após longas discussões, foi decidido que todas as informações serão enviadas pelo grupo do Comitê, via WhatsApp, para que decidam quem participará desta nova comissão. Em seguida, a Sra. Iris retorna à pauta sobre a alteração da Lei e anuncia a formação da comissão, composta pelos seguintes participantes: Sr. Robson, Sr. Sérgio e Luciana, do Instituto ARA. A Sra. Daniele informa que ela e o Sr. Rogério Silvério receberam o Sr. Carlos do CONDECA no CMDCA. Segundo ela, o Sr. Carlos explicou que todos os municípios



precisaram firmar um pacto com o governo federal sobre a educação, pois, em breve, todas as escolas municipais serão de período integral. Por isso, será necessário decidir se as instituições devem atuar dentro das escolas, oferecendo atividades no contraturno, ou se as escolas devem firmar parcerias com as instituições, com os alunos participando das atividades de contraturno nas instituições. Ela diz que o Sr. Carlos perguntou qual dessas opções o município havia escolhido. A Sra. Daniele explica que não soube responder, mas que o Sr. Carlos enfatizou a importância de saber qual opção o gestor escolheu, pois, as atividades de contraturno, oferecidas pelas instituições, podem não estar vinculadas à assistência social, mas à educação, e isso também modificará o cenário atual das instituições com relação a falta de recursos. Ele informou que vários municípios já iniciaram as parcerias. O Sr. Carlos também questionou sobre a arrecadação do município e sua população. Após algumas análises, ele considera que Cruzeiro tem alto índice de arrecadação e se disponibilizou a fomentar a discussão com os gestores. Ele ainda ressaltou que o Conselho precisa cobrar o poder público para garantir que os recursos sejam aplicados corretamente, com prioridade para as áreas necessárias, incluindo a Primeira Infância. Devido à troca de gestão governamental, ficou sugerido que essa reunião será agendada para o próximo ano. A Sra. Daniele sugere que seja enviado um ofício ao prefeito para saber qual decisão foi tomada pelo município. O Conselho concorda com o envio do ofício. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada.

Iris Rodrigues dos Santos
Presidente do CMDCA

Daniele E. Nunes Ferreira
Secretária do CMDCA

Publique-se, inclusive sob a forma de fixação no átrio da Casa dos Conselhos; registre-se e arquite-se em atendimento ao princípio da publicidade dos atos administrativos e em observância aos preceitos contidos na Lei Orgânica Municipal. Em 31/10/2024.